

SOBRE A OBJETIVIDADE DOS VALORES MORAIS

JOHN FLORINDO DE MIRANDA¹; CARLOS ADRIANO FERRAZ²

¹*Universidade Federal de Pelotas – johnflorindodemiranda@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ferrazca@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O problema da objetividade dos valores morais é um dos problemas mais discutidos em filosofia moral atualmente. Trata-se do problema de saber se os valores morais são justificáveis para além da mera subjetividade do agente (podendo ser, portanto, objetivos), ou se são apenas expressões de sentimentos particulares. O presente trabalho se insere no rol das teorias que defendem a objetividade dos valores morais, as quais são chamadas de teorias realistas. A fim de defender uma tese nessa linha teórica, propomos duas hipóteses gerais, a saber: (i) a objetividade dos valores epistêmicos ou cognitivos (valores tais como: coerência, simplicidade, plausibilidade, razoabilidade, verdade) pode fornecer elementos teóricos para uma defesa da objetividade dos valores morais; e (ii) a objetividade desses últimos depende de uma concepção de razão prática fundada em bens humanos substantivos. Esses argumentos constituem o núcleo de uma tese de doutorado em desenvolvimento, a qual o presente trabalho pretende introduzir. Os passos gerais do trabalho são esses descritos abaixo.

Num primeiro momento, investigar-se-á a possível objetividade dos valores epistêmicos ou cognitivos, isto é, dos valores ou pressupostos avaliativos que estão presentes na elaboração de teorias científicas e epistêmicas. Nesse primeiro momento, o objetivo será demonstrar que os valores cognitivos ou epistêmicos devem possuir algum tipo de objetividade – isto é, devem ter alguma característica intrínseca que os eleve do plano da mera subjetividade para um plano de generalidade. Feito isso, investigar-se-á de que modo tal objetividade epistêmica ou cognitiva pode cooperar com uma ideia de objetividade de valores morais. Muitas questões serão investigadas a partir daí, cujas principais são: como conceituar o tipo de objetividade que cabe aos valores morais; e como a ideia de razão prática influencia essa conceituação. É preciso notar que a razão prática é incluída na investigação da objetividade moral porque é ela que fornece as características objetivas dos valores morais. Nesse sentido, este trabalho também adota uma hipótese forte sobre a natureza da razão prática, a saber: propomos que se trata de uma capacidade de perceber certos estados de coisas como intrinsecamente benéficos para seres humanos, estados esses que podemos chamar de bens fundamentais. Propomos que pelo menos quatro bens podem ser fundamentais no sentido indicado, quais sejam: saúde, conhecimento, virtude e amizade. Tais bens são incomensuráveis entre si – não havendo, portanto, nenhuma hierarquia objetiva simples entre eles.

As hipóteses postuladas acima são respectivamente baseadas nos trabalhos de Hilary Putnam e da chamada “nova teoria da lei natural”. Putnam, apesar de não ter tido a ética como preocupação central, legou várias contribuições importantes para a tese da objetividade ética, sobretudo com sua crítica à dicotomia fato/valor. Ademais, sua proposta de um realismo moderado também pode ser útil para a defesa de uma objetividade na ética. A nova teoria da lei natural, cujos nomes centrais são John Finnis, Germain Grisez e Robert George, tomou destaque no meio

acadêmico a partir de sua releitura do jusnaturalismo de Tomás de Aquino. Essa releitura inclui uma concepção de razão prática substantiva, fundada em bens humanos básicos, a qual é tomada aqui como um ponto de partida para pensar os fundamentos normativos da ética. O presente trabalho assimila grande parte dessas teorias, intentando fornecer uma visão plausível e consistente sobre a objetividade dos valores morais.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada na presente investigação é de caráter bibliográfico, envolvendo a leitura e interpretação das obras utilizadas na pesquisa, bem como a depuração dos conceitos assim trabalhados através de fichamentos e resenhas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra *Ethics: Inventing the Right and Wrong* (1977), de John Mackie, é certamente uma referência central quando se fala no problema da objetividade dos valores morais. A defesa de um ceticismo moral de segunda ordem que Mackie realiza nessa obra se tornou referência não apenas para a discussão sobre a objetividade dos valores, mas também para as discussões da metaética em geral. A primeira sentença da obra estabelece categoricamente a tese cética de Mackie, a saber: “Não existem valores objetivos.” (MACKIE, 2000, p. 17). Essa tese é articulada a partir de dois argumentos gerais, a saber: o argumento da estranheza e o argumento da relatividade. O primeiro diz que se os valores morais fossem objetivos, eles seriam propriedades de um tipo muito estranho, diferentes de tudo o mais no universo, e que então demandariam uma faculdade misteriosa de intuição que os apreendessem. O segundo diz que a variedade de opiniões morais em diferentes culturas testemunha contra a objetividade dos valores morais.

Surgiram, entretanto, muitas reações críticas com relação às teses de Mackie, e isso mesmo por parte de anti-realistas. Nesse sentido, vemos uma crítica particularmente interessante no texto *Mackie's Realism: Queer Pigs and the Web of Belief* (2010), de Jamie Dreier. Nesse texto, Dreier demonstra que Mackie toma uma postura realista já na maneira de situar sua posição, pois este foca sua atenção nas propriedades e fatos morais (como fazem os realistas), e não nas crenças morais (como fazem os anti-realistas) (DREIER, 2010, p. 75-06). Não obstante tal percepção de Dreier, parece igualmente claro que há muitas outras questões paralelas acerca dos limites do ceticismo de Mackie que poderiam ser trazidas à tona.

Para tanto, um primeiro passo poderia estar na constatação de que a tese fundamental de Mackie, qual seja, a tese de que “não há valores objetivos”, é uma tese objetiva ou com pretensões de objetividade. Todavia, apesar de evidenciar alguma pretensão realista ou objetivista, essa constatação/objeção esbarra no fato de que a tese de Mackie é uma tese teórica, e não prática, não sendo, portanto, contraditória ou contraproducente frente às pretensões do autor (o qual quer negar a objetividade dos valores, e não das descrições sobre as pessoas e o mundo). Como Mackie mesmo deixa claro, seu ceticismo é de segunda ordem, e não global ou radical (Ibidem, p. 18-09). Todo modo, a referida constatação/objeção abre um caminho interessante ao elucidar que, ao menos no plano da descriptividade, o qual poderia ser atribuído às “ciências” em geral (digamos, ciências naturais e ciências sociais descriptivas), Mackie está disposto a ser realista ou objetivista. Por

conseguinte, podemos questionar se há valores cognitivos implícitos na pretensão de objetividade da tese que diz que “não há valores objetivos”. Isto é, se essa tese tem pretensões de objetividade, ainda que restritas à esfera teórica, ela deve apelar para valores cognitivos ou epistêmicos. E isso nos leva a perguntar se esses valores possuem objetividade. Se eles possuem, poderíamos ir além e questionar em que sentido tal objetividade seria tão distinta da objetividade dos valores morais.

Para sondar essa questão dos valores cognitivos ou epistêmicos, é útil começar fazendo menção à ruptura com a visão positivista que tem ocorrido na filosofia da ciência. Isso porque, já a partir da década de 1960, observa-se uma tendência na filosofia da ciência de explicitar e investigar a relação das investigações científicas com pressupostos valorativos, contrariando a visão positivista de que as ciências não dependem de valores. Larry Laudan, um dos precursores dessa tendência, diz que os valores cognitivos ou epistêmicos “representam as propriedades de teorias que supomos serem constitutivas de uma ‘boa’ teoria” (LAUDAN, 1984, p. xii).

No mesmo sentido, temos mais recentemente a chamada “virada valorativa” na epistemologia contemporânea¹. Isso porque, tem havido recentemente entre os epistemólogos uma tendência de voltar a atenção para a conexão que há entre os valores e o processo epistêmico. A chamada “epistemologia das virtudes” é certamente a concepção mais expressiva dessa virada valorativa na epistemologia contemporânea. Tal concepção possui duas premissas gerais, a saber: (i) a epistemologia é um empreendimento normativo; e (ii) os agentes e comunidades epistêmicas são a fonte de valores epistêmicos (GRECO; TURRI, 2011).

Putnam mantém posição semelhante. Ele observa, pois, que todo o discurso científico ou teórico carrega certos padrões de “aceitabilidade racional”, os quais explicam o critério de verdade pressuposto ou adotado. Deste modo, o que é considerado como verdadeiro nas ciências tem relação direta com esses padrões de aceitabilidade racional. Ocorre que esses padrões envolvem uma série de noções avaliativas e normativas, por exemplo, simplicidade, coerência, razoabilidade, etc., sem as quais eles perderiam seu sentido e efetividade. Putnam diz que os critérios de aceitabilidade de teorias científicas dependem das “virtudes” que essas teorias exibem (PUTNAM, 1992, p. 173). Sem os pressupostos avaliativos e normativos que constituem essas virtudes, a atividade científica e as teorias não seriam possíveis; mas não apenas isso: ocorre que as visões de mundo não poderiam ser formuladas sem valores. Assim, fatos e valores estão entrelaçados, e a ética pode ser objetiva.

Com efeito, o objetivo de Putnam é mostrar que os valores epistêmicos são referências para a compreensão e comunicação de nossa experiência sobre o mundo, possuindo tanto resquícios factuais quanto uma objetividade própria (que não se reduz à objetividade no sentido de objeto sensível ou empírico). Para o autor, esses valores são objetivos à sua maneira, pois não são totalmente arbitrários. Ele estende essas considerações até a ética, alegando que o mesmo pode se dar nesse domínio.

Todavia, essa tese levanta o problema de como entender “fatos morais”. Putnam abre mão desse tipo de realismo, e nós deixamos a questão suspensa por ora. Ademais, esse problema de ontologia moral pode se estender até o domínio da normatividade: pois o que deve contar como objetivo dependerá do que se entende por razão prática. Isso porque, os “objetos” que darão objetividade à ética têm de vir de algum lugar, e é difícil crer que os sentimentos possam produzir “objetos” gerais.

¹ Tal como mostra, por exemplo, Wayne Riggs, no texto *The Value Turn in Epistemology* (RIGGS, 2006).

Entretanto, nos parece difícil que uma concepção de razão prática instrumental ou meramente procedural possa justificar uma concepção de objetividade ética. Ficamos, então, com as concepções substantivas de razão prática.

Nesse sentido, o presente trabalho toma a concepção de razão prática da chamada nova teoria da lei natural como um ponto de partida em ética normativa. Segundo essa concepção, a razão prática é estruturada por princípios que evidenciam bens humanos básicos intrinsecamente valiosos e incomensuráveis entre si (FINNIS, 2011, p. 04, 235). No entanto, este trabalho não se restringe a um mero endosso dessa concepção, mas intenta assimilá-la desde uma perspectiva crítica. Em virtude disso, propomos uma lista de bens fundamentais reduzida, a qual abarca bens tais quais: saúde, virtude, conhecimento e amizade. A nossa hipótese é que esses bens fornecem o aspecto substancial da ética, permitindo a articulação de uma concepção de objetividade dos valores morais. Desse modo, tal como será necessário precisar como a objetividade epistêmica pode se equiparar à objetividade moral, nossa investigação também necessitará elucidar como aquela concepção de razão prática substantiva explica a objetividade dos valores morais.

4. CONCLUSÕES

O ponto distintivo do presente trabalho é, em suma, sua estratégia de relacionar a objetividade dos valores morais à objetividade dos valores epistêmicos ou cognitivos, mostrando que a objetividade não precisa ser necessariamente pensada como empírica ou material, mas pode residir em um âmbito formal ou intelectual. Por outro lado, a hipótese segundo a qual a razão prática está fundada em bens fundamentais, oferece o conteúdo da objetividade moral, cooperando na tarefa de pensar a forma adequada de conceituar tal objetividade. Ademais, a generalidade dos bens fundamentais propostos em nossa pesquisa pode oferecer uma via pluralista para a fundamentação da ética e de sua objetividade. Por fim, a conexão entre ética normativa e metaética, que a ideia de objetividade moral aqui delineada pressupõe, torna a investigação da filosofia moral mais abrangente e, portanto, mais sensível à totalidade dos fenômenos do mundo moral.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DREIER, J. Mackie's Realism: Queer Pigs and the Web of Belief. In: JOYCE, Richard; KIRCHIN, Simon (Eds.) **A World Without Values**: Essays on John Mackie's Moral Error Theory. New York: Springer, 2010, p. 71-86.
- FINNIS, J. **Reason and Action**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- GRECO, J.; TURRI, J. **Virtue Epistemology**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 12 jan. 2011. Acessado em 5 ago. 2011. Online. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/epistemology-virtue/>.
- LAUDAN, L. **Science and values**: the aims of science and their role in scientific debate. Berkeley: University of California Press, 1984.
- MACKIE, J. **Ética**: La invención de lo bueno y lo malo. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.
- PUTNAM, H. **Razão, verdade e história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- RIGGS, Wayne. The Value Turn in Epistemology. In: HENDRICKS, D.H.; PRITCHARD, D.H. (Eds.) **New Waves in Epistemology**. Aldershot: Ashgate, 2006.